



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE ANÁPOLIS**

**VEREADOR
FREDERICO
GODOY**

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA _____, 03 de fevereiro de 2023.

AUTOR: VEREADOR FREDERICO GODOY

**“DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE
BRINQUEDOS ADAPTADOS PARA
CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA EM
LOCAIS PÚBLICOS DE LAZER, PRAÇAS E
PARQUES NO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

A CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Os parques infantis instalados, praças e áreas de lazer públicos, no Município de Anápolis, deverão disponibilizar brinquedos adequados ao uso de crianças com deficiência.

§ 1º Os brinquedos de que trata o caput deste artigo deverão ser adequados às necessidades das crianças e instalados por pessoal devidamente capacitado, que deverá seguir as normas de segurança da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

§ 2º Para fins de cumprimento desta Lei, os parques infantis deverão seguir a seguinte proporção:

- I - parques infantis com até 5 (cinco) brinquedos devem disponibilizar ao menos 1 (um) brinquedo adaptado para crianças com deficiência;
- II - parques infantis com 6 (seis) a 10 (dez) brinquedos devem disponibilizar ao menos 2 (dois) brinquedos adaptados para crianças com deficiência;
- III - parques infantis com mais de 10 (dez) brinquedos devem disponibilizar ao menos 20% (vinte por cento) de brinquedos adaptados para crianças com deficiência.

Frederico Godoy
Vereador - SP

§ 3º A disponibilização de brinquedos adaptados nos parques e áreas públicas de lazer será feita de forma gradativa, na medida da disponibilidade financeira do Poder Executivo.

Art. 2º Nos locais a que se refere o art. 1º desta Lei deverão ser afixadas placas com a seguinte informação: "Entretenimento infantil adaptado para integração de crianças com e sem deficiência".

Art. 3º Os eventos do calendário municipal que contenham atividades destinadas ao público infantil deverão contar com atividades recreativas inclusivas para crianças portadora de deficiência, mobilidade reduzida e com necessidades especiais.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão por dotação própria, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Anápolis, 03 de fevereiro de 2023

Frederico Godoy
Vereador - SD
Frederico Godoy – SD

Vereador

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de Lei visa promover a acessibilidade e resguardar o direito ao lazer e diversão aos portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida por meio da adaptação dos brinquedos existentes nas praças, parques, bem como nos locais públicos destinados ao lazer.

A carta magna de 1988, em seu artigo 6º, estabelece o lazer como direito social, sendo função do Estado oportunizar o acesso à esse direito à todas as crianças e adolescentes, devendo garantir, portanto, o pleno exercício dos mesmos direitos fundamentais que hoje são amplamente oferecidos às crianças e adolescente não portadoras de deficiências também para aquelas que possuem deficiência física ou mental.

Sendo assim, certo é que pessoas com deficiência têm o direito de usufruir das praças e dos parques de diversões para exercer as atividades de lazer que lhe sejam possíveis de acordo com grau de limitação física ou mental. Porém, devido à ausência de disponibilização de brinquedo e equipamentos adequados para deficientes, essas pessoas são, em muitos casos, excluídas, do ponto de vista social, acabando por segregar o acesso e uso dos espaços.

A instalação de brinquedos adaptados nos parques de diversões e área de esporte e lazer, permitir que a criança com deficiência, em geral mais retraída devido à dependência motora ou mental, desfrute do prazer de brincar o que possui efeito biológico e psíquico estimulante, contribuindo positivamente com o seu desenvolvimento.

Cumpre destacar que, conforme apontam estudos, ato de brincar traz diversos benefícios para as crianças, dentre eles permite o autoconhecimento, estimula as competências, gera resiliência, melhora a atenção e concentração, melhora a

Frederico Godoy
Verificador - SA

expressividade, incita à criatividade, desenvolve laços afetivos, aprende a viver em sociedade, melhora a saúde e muitos outros benefícios.

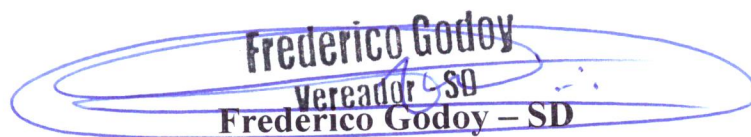
Para além dos argumentos acima trazidos, o presente projeto amparo legal na lei federal 10.098/2000 que em seu art. 4º, determina que os parques de diversões públicos devem adaptar, no mínimo, 5% (cinco por cento) de cada brinquedo e equipamento e identificá-lo para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, sendo portanto imprescindível que essa obrigação seja regulamentada em nossa legislação municipal para fins de cumprimento.

Vejamos a redação do art. 4º da Lei 10.098/2000:

Art. 4º As vias públicas, os parques e os demais espaços de uso público existentes, assim como as respectivas instalações de serviços e mobiliários urbanos deverão ser adaptados, obedecendo-se ordem de prioridade que vise à maior eficiência das modificações, no sentido de promover mais ampla acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Parágrafo único. No mínimo 5% (cinco por cento) de cada brinquedo e equipamento de lazer existentes nos locais referidos no **caput** devem ser adaptados e identificados, tanto quanto tecnicamente possível, para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência, inclusive visual, ou com mobilidade reduzida.

Assim, diante do exposto, especialmente da importância do presente projeto para a garantia do direito constitucional ao lazer das crianças e adolescentes deficientes de nossa cidade, bem como a promoção da inclusão e acessibilidade solicito o apoio dos demais nobres Pares.


Frederico Godoy
Vereador - SD
Frederico Godoy - SD

Vereador